

A INFLUÊNCIA DA VIOLÊNCIA INTRAFAMILIAR NO DESEMPENHO ESCOLAR DE CRIANÇAS DO ENSINO FUNDAMENTAL I

**THE INFLUENCE OF DOMESTIC VIOLENCE ON PERFORMANCE SCHOOL
OF CHILDREN OF ELEMENTARY SCHOOL I**

Ciências Humanas • 28/10/2026

REGISTRO DOI: [10.70773/revistatopicos/793162118](https://doi.org/10.70773/revistatopicos/793162118)

Grazielly Sousa dos Santos¹

Amanda Jennyfer Coêlho Costa²

RESUMO

A violência intrafamiliar é um fenômeno complexo que compromete o desenvolvimento infantil e repercute no contexto escolar, especialmente no Ensino Fundamental I. Este estudo insere-se no campo da Psicologia Escolar e tem como tema a relação entre a violência intrafamiliar e o desempenho escolar de crianças nessa etapa de ensino. Considerando a relevância de investigar essa problemática de forma articulada entre família, escola e sociedade, o objetivo geral é compreender como a violência intrafamiliar se relaciona com o desempenho e a socialização escolar de crianças do Ensino Fundamental I, considerando as possibilidades de atuação do psicólogo. Para alcançá-lo, buscou-se caracterizar os principais tipos de violência intrafamiliar, explicar a relação entre tais experiências e o rendimento acadêmico infantil e apontar estratégias de apoio e intervenção. Metodologicamente, realizou-se uma pesquisa bibliográfica, de abordagem qualitativa e caráter exploratório, com base em livros, artigos científicos e documentos oficiais. As buscas foram realizadas no Google Acadêmico, SciELO e sites governamentais, utilizando os termos psicologia escolar, Ensino Fundamental I, crianças, desempenho escolar e violência intrafamiliar, considerando publicações entre 2011 e 2026. Os resultados demonstraram que a violência física, psicológica, sexual e a negligência configuram as quatro modalidades principais, frequentemente interconectadas, criando um ambiente de estresse tóxico que compromete a integridade da criança. Constatou-se que os prejuízos ao aprendizado se manifestam por alterações neurobiológicas nas funções executivas, rebaixamento da autoestima, fragilidade emocional e manifestações comportamentais como agressividade, isolamento e hipervigilância. Verificou-se, ainda, que crianças testemunhas de violência também sofrem consequências significativas. Concluiu-se que a violência

intrafamiliar exerce influência negativa e multidimensional sobre o desempenho escolar e a socialização, e que o psicólogo escolar, em articulação com a família, os professores e a rede de proteção, desempenha papel fundamental na identificação precoce, no acolhimento e no encaminhamento adequado das situações de violência.

Palavras-chave: Desempenho escolar; Ensino Fundamental I; Psicologia; Violência intrafamiliar.

ABSTRACT

Intrafamily violence is a complex phenomenon that compromises child development and affects the school context, especially in Elementary School I. This study is situated within the field of School Psychology and addresses the relationship between intrafamily violence and the school performance of children at this educational stage. Considering the relevance of investigating this problem in an articulated manner among family, school, and society, the general objective is to understand how intrafamily violence relates to the school performance and socialization of children in Elementary School I, considering the possibilities for the psychologist's practice. To achieve this, the study sought to characterize the main types of intrafamily violence, explain the relationship between such experiences and children's academic performance, and point out support and intervention strategies. Methodologically, a bibliographic research was carried out, with a qualitative approach and exploratory character, based on books, scientific articles, and official documents. Searches were conducted in Google Scholar, SciELO, and government websites, using the terms school psychology, Elementary School I, children, school performance, and intrafamily violence, considering publications between 2011 and 2026. The results demonstrated that physical, psychological, and

sexual violence, as well as neglect, constitute the four main modalities, often interconnected, creating an environment of toxic stress that compromises the child's integrity. It was found that learning impairments manifest through neurobiological alterations in executive functions, lowered self-esteem, emotional fragility, and behavioral manifestations such as aggression, isolation, and hypervigilance. It was also verified that children who witness violence also suffer significant consequences. It was concluded that intrafamily violence exerts a negative and multidimensional influence on school performance and socialization, and that the school psychologist, in articulation with the family, teachers, and the protection network, plays a fundamental role in early identification, welcoming, and adequate referral of situations of violence.

Keywords: Elementary School I; Intrafamily violence; Psychology; School performance.

1. INTRODUÇÃO

A violência intrafamiliar configurou-se como um fenômeno complexo que compromete o desenvolvimento infantil em múltiplas dimensões, rompendo com a expectativa de proteção que a criança deveria encontrar no ambiente doméstico. Suas repercussões ultrapassam a esfera privada e alcançam o contexto escolar, o que evidencia a necessidade de investigar essa problemática de forma articulada entre família, escola e sociedade.

O Ensino Fundamental I constitui uma etapa decisiva para a consolidação de habilidades básicas e para a socialização da criança. Nesse período, experiências de violência podem comprometer funções essenciais ao aprendizado, interferindo no desempenho acadêmico e na capacidade de estabelecer vínculos saudáveis. A

escola, nesse contexto, ocupa posição privilegiada para identificar sinais de violência, e o psicólogo escolar emerge como profissional fundamental para articular ações de acolhimento e de intervenção.

O estudo foi apoiado nas contribuições de Lev Vygotsky e Henri Wallon sobre desenvolvimento e aprendizagem, nos estudos de Maria Amélia Azevedo sobre violência doméstica e no Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), que assegura o princípio da proteção integral. Diante desse panorama, a presente pesquisa tem como objetivo geral compreender como a violência intrafamiliar se relaciona com o desempenho e a socialização escolar de crianças do Ensino Fundamental I, considerando também as possibilidades de atuação do psicólogo no contexto escolar.

Especificamente, pretendeu-se caracterizar, com base na literatura, os principais tipos de violência intrafamiliar vivenciados por essas crianças, explicar a relação entre tais experiências e o rendimento acadêmico infantil, bem como apontar estratégias de apoio e intervenção a serem desenvolvidas pelo psicólogo no contexto escolar. A questão que norteia o estudo é: de que maneira as experiências de violência vivenciadas no ambiente familiar podem repercutir no desenvolvimento acadêmico e nas relações escolares durante os anos iniciais da escolarização, e como o psicólogo pode contribuir para o seu apoio e intervenção no contexto educacional?

Metodologicamente, esta pesquisa caracterizou-se como revisão bibliográfica, de abordagem qualitativa e caráter exploratório, utilizando como fontes livros, artigos científicos e documentos oficiais. As buscas foram realizadas no Google Acadêmico, SciELO e sites governamentais, por meio dos termos psicologia escolar,

Ensino Fundamental I, crianças, desempenho escolar e violência intrafamiliar. Foram consideradas publicações entre 2011 e 2026.

Como exceção ao recorte temporal, foram incluídas obras clássicas e seminais publicadas antes de 2011, devido à sua imprescindibilidade teórica para a fundamentação desta pesquisa. Como critérios de exclusão, não foram consideradas teses, dissertações ou resenhas, restringindo o corpus da pesquisa a artigos científicos completos e obras de referência. Os materiais selecionados foram submetidos às etapas de leitura exploratória, seletiva, analítica e interpretativa, visando construir uma síntese crítica do conhecimento produzido sobre a temática.

Diante do exposto, a relevância desta pesquisa justificou-se socialmente por evidenciar os impactos da violência intrafamiliar sobre o direito à proteção integral e o desenvolvimento escolar infantil, e academicamente por articular campos ainda pouco integrados: violência intrafamiliar, aprendizagem e atuação do psicólogo escolar. Ao reunir essas dimensões, o estudo buscou contribuir para estratégias de identificação, acolhimento e intervenção que fortalecessem a rede de proteção à infância. Desta forma, o artigo propõe-se a compreender essa relação, reconhecendo as limitações inerentes a uma pesquisa bibliográfica qualitativa e exploratória, restrita a fontes secundárias e a um recorte específico, o que indica a necessidade de estudos empíricos futuros.

2. VIOLÊNCIA INTRAFAMILIAR E DESEMPENHO ESCOLAR

2.1. Violência Intrafamiliar: Conceito, Modalidades e Marcos Legais

A violência intrafamiliar compreende qualquer ato de agressão cometido por membros do núcleo familiar contra crianças e adolescentes. É caracterizada pelo uso intencional da força física ou do poder, seja real ou sob a forma de ameaça, direcionado a um indivíduo ou grupo, podendo resultar em danos severos, como lesões físicas, óbito, comprometimento psicológico, prejuízos ao desenvolvimento biopsicossocial ou situações de privação (Krug *et al.*, 2002).

Esse fenômeno não é unitário, mas sim um conjunto de manifestações distintas, conforme a natureza da agressão e o grau de comprometimento do desenvolvimento afetado. O Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) e as diretrizes da Organização Mundial da Saúde (OMS) caracterizam essas violações em quatro eixos principais: violência física, psicológica, sexual e negligência (Brasil, 1990).

Conforme Krug *et al.* (2002, p. 6), “dentre as modalidades mais recorrentes, a violência física é destacada pelo uso da força corporal com o intuito de ferir, castigar ou restringir a criança”. No ambiente doméstico, essa prática é frequentemente camuflada sob a justificativa de métodos disciplinares ou pedagógicos. Entretanto, tais atos transcendem o limite da correção e configuram violações graves, podendo deixar marcas visíveis, como hematomas e fraturas, ou danos internos severos que comprometem a integridade biológica do indivíduo.

A violência psicológica manifesta-se por meio de ações verbais ou simbólicas que visam humilhar, isolar, amedrontar ou rejeitar a criança. Suas marcas são invisíveis, mas profundamente incidentes no psiquismo, prejudicando a formação da autoestima e podendo

desencadear quadros de ansiedade, depressão e dificuldades crônicas de socialização (Brasil, 1990).

Prevê-se na referida lei mencionada acima que a negligência configura-se como violência por omissão, quando os responsáveis falham em prover as necessidades básicas para a sobrevivência e o bem-estar da criança, incluindo alimentação, cuidados de saúde, higiene, vestuário, estímulo afetivo e supervisão escolar. É uma das formas mais prevalentes de violência intrafamiliar, o que gera atrasos significativos no desenvolvimento global.

O ECA relata que a violência sexual intrafamiliar representa uma das violações mais traumáticas, caracterizando-se pelo uso da criança para a gratificação sexual de um adulto ou de uma pessoa em posição de poder e confiança no núcleo familiar. Envolve profunda quebra do vínculo de proteção esperado, resultando em cicatrizes emocionais complexas e, em muitos casos, na desestruturação da identidade da vítima.

A interconexão entre essas modalidades cria um ambiente de estresse tóxico que compromete a integridade da criança em múltiplas dimensões. A análise desses fenômenos não deve se restringir à descrição do ato em si, mas também deve estender-se à investigação das dinâmicas familiares e dos fatores sistêmicos que permitem a perpetuação dessas violações (Assis *et al.*, 2023).

A compreensão da violência intrafamiliar envolve diferentes perspectivas teóricas. De acordo com a Teoria do Aprendizado Social, o comportamento agressivo é frequentemente reproduzido por meio de um mecanismo conhecido como transmissão intergeracional. Crianças expostas a modelos familiares de violência

internalizam esses padrões como formas legítimas de resolução de conflitos ou de exercício de autoridade. Nesse sentido, Bandura (1977) destaca que variáveis como a desestruturação familiar e o abuso de substâncias atuam como agentes que potencializam a ocorrência dessas violações. Ao atingirem a vida adulta, esses indivíduos tendem a repetir, com seus próprios filhos, as práticas de abuso que sofreram, consolidando um ciclo que se perpetua ao longo de gerações.

Historicamente, a criança era vista como propriedade dos pais, uma visão transformada pelo Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), de 1990. O ECA introduziu o princípio da prioridade absoluta, estabelecendo que os direitos infantis devem prevalecer em qualquer política pública. No entanto, a persistência dos castigos físicos como método corretivo exigiu um reforço normativo, a Lei nº 13.010/2014 (Lei Menino Bernardo), que proíbe expressamente o uso de força física ou tratamento humilhante (Brasil, 2014).

Diante disso, foi concluído que o enfrentamento à violência intrafamiliar exige uma compreensão que ultrapassa a mera identificação das agressões e demanda um olhar atento sobre o ciclo intergeracional de reprodução do abuso. Compreendidos os tipos de violência e suas dinâmicas, fez-se necessário analisar como essas experiências repercutem no desenvolvimento e no desempenho escolar da criança, tema da próxima subseção.

2.2. Desenvolvimento Infantil e Aprendizagem

Conforme Vygotsky (1995), o desenvolvimento cognitivo da criança é indissociável das interações sociais e do ambiente no qual está inserida. Partindo desse pressuposto, quando a família falha em seu

papel de mediadora segura para o desenvolvimento, as consequências reverberam diretamente na capacidade de aprender.

O conceito de Zona de Desenvolvimento Proximal (ZDP), formulado por Vygotsky (1995), ajuda a compreender esse processo. A ZDP é o espaço entre o que a criança faz sozinha e o que faz com ajuda de um mediador. Em condições saudáveis, a família atua como uma mediadora segura. Contudo, a violência intrafamiliar rompe essa mediação, deixando a criança sem o suporte necessário para avançar em seu desenvolvimento. Nesse cenário, o professor e o psicólogo escolar podem atuar como mediadores compensatórios, oferecendo um tipo de suporte que a família não conseguiu proporcionar. Essa atuação não resolve o trauma, mas recria condições mínimas de segurança para que a criança possa, novamente, aprender.

Para Wallon (1989, p. 189), "o estudo da criança exigiria o estudo dos meios onde ela se desenvolve. É impossível, de outra forma, determinar exatamente o que é devido a estes e o que pertence ao seu desenvolvimento espontâneo". Logo, não se pode compreender o desempenho escolar de uma criança sem considerar o ambiente familiar em que vive, especialmente quando esse ambiente é marcado por situações de violência que afetam diretamente seu desenvolvimento.

Costa e Teixeira (2017, p. 33) relatam que:

Percebe-se que a mudança no comportamento dos alunos pode ter ligação com o contato contínuo com a violência, seja ela direta ou indireta. Esses alunos têm o seu desenvolvimento cognitivo afetado, pois perdem o interesse pela aprendizagem, ficando, muitas vezes, agressivos ou apáticos. Nesse contexto, é de suma importância retratar que o não aprender pode expressar uma dificuldade na relação da criança [...].

Conforme a citação acima, as alterações comportamentais observadas no ambiente escolar não devem ser interpretadas isoladamente como problemas inerentes ao aluno, mas sim como possíveis expressões de um sofrimento mais profundo, enraizado nas relações familiares. Para os mesmos autores, o fracasso ou a dificuldade de aprendizagem assume um caráter sintomático, revelando que o contexto familiar, quando marcado pela violência, compromete não apenas o desenvolvimento emocional da criança, mas também sua capacidade de se engajar no processo educativo.

De acordo com Silva (2025), quando a criança vivencia repetidamente situações de agressão, humilhação e desvalorização, ela passa a incorporar essa visão negativa sobre si mesma, acreditando ser merecedora de tais condutas. Esse processo resulta em rebaixamento da autoestima, fragilidade emocional e percepção distorcida de sua própria capacidade de aprender.

De forma involuntária, as crianças frequentemente emitem indícios de que estão expostas a alguma forma de violência no âmbito familiar. As manifestações dessa realidade são variadas, abrangendo desde lesões físicas visíveis até alterações comportamentais como agressividade, isolamento ou retraimento. Há ainda sinais mais

discretos, como a reprodução dos conflitos vivenciados em casa por meio dos desenhos e atividades lúdicas (Sá, 2018).

A influência da violência intrafamiliar no desempenho escolar também assume dimensões neurobiológicas que comprometem o desenvolvimento cerebral. A exposição prolongada a situações de estresse, sem a presença de um adulto protetor, altera os circuitos neurais responsáveis pela atenção, pela memória e pela regulação emocional (Shonkoff *et al.*, 2012). Essas funções, conhecidas como funções executivas, são fundamentais para o processo de alfabetização, pois permitem que a criança mantenha o foco, organize os pensamentos e controle os impulsos. Quando prejudicado, o aprendizado da leitura e da escrita torna-se um desafio ainda maior.

Além dos prejuízos cognitivos, a violência intrafamiliar compromete a capacidade da criança de estabelecer vínculos saudáveis no ambiente escolar. Os comportamentos decorrentes do sofrimento vivido em casa dificultam a aproximação com colegas e professores (Azevedo; Guerra, 2011). Nesse cenário, o vínculo com o professor torna-se um elemento crucial, pois a presença de um adulto consistente e afetivamente disponível pode atuar como fator de proteção, oferecendo à criança uma experiência relacional diferente da vivenciada no ambiente doméstico.

Em suma, a violência não se restringe às crianças diretamente agredidas. Aquelas que testemunham violência entre os pais ou entre outros membros da família também sofrem consequências significativas. A exposição contínua a agressões no ambiente doméstico gera um estado de hipervigilância, comprometendo a capacidade de concentração e de estabelecer relações de confiança.

Crianças testemunhas frequentemente desenvolvem sentimento de culpa, impotência e medo, podendo apresentar sintomas semelhantes aos de crianças diretamente agredidas, como ansiedade, agressividade ou retraimento (Costa; Teixeira, 2017).

2.3. O Papel da Escola e do Psicólogo Escolar na Proteção da Criança e as Estratégias de Intervenção

A escola configura-se como espaço privilegiado para a identificação de situações de violência intrafamiliar, uma vez que o professor ocupa posição estratégica para observar o comportamento infantil. Mudanças abruptas no rendimento acadêmico, apatia, agressividade excessiva ou isolamento social são indicadores psicossociais que frequentemente precedem a revelação do abuso (Azevedo; Guerra, 2011). Nesse contexto, a atuação da rede de proteção primária, composta pelas áreas da educação e da saúde, constitui um dos principais mecanismos de identificação de comportamentos violentos.

A atuação do psicólogo diante de situações de violência intrafamiliar que envolvem crianças não se limita a uma escolha técnica, mas constitui um dever ético e legal. Conforme estabelecido pelo Estatuto da Criança e do Adolescente (Lei nº 8.069/1990) e pelo Código de Ética Profissional do Psicólogo (Resolução CFP nº 10/2005), o profissional tem a obrigação de priorizar a proteção integral da criança e adotar medidas que garantam sua segurança e bem-estar. Nessa perspectiva, a atuação do psicólogo escolar deve pautar-se por princípios como a escuta qualificada, a articulação intersetorial e o compromisso com a promoção de um ambiente escolar acolhedor e protetivo (CFP, 2005).

De acordo com a Lei nº 13.935/2019, as instituições públicas que integram a educação básica são obrigadas a dispor de equipes multiprofissionais compostas por psicólogos e assistentes sociais. Essas equipes têm como finalidade atender às demandas do sistema educacional, respeitando suas respectivas atribuições e competências, com o objetivo de promover a melhoria do processo de ensino-aprendizagem e da qualidade de vida das crianças (Brasil, 2019).

Segundo as diretrizes do documento que regulamenta a atuação de psicólogos e assistentes sociais na educação básica, essas categorias profissionais devem formular intervenções para enfrentar dificuldades escolares originadas por contextos de violência, abuso de drogas e gravidez precoce, bem como agir em parceria com as famílias para garantir a proteção de direitos e o próprio acesso à educação (Brasil, 2022).

A literatura científica tem destacado a importância do papel do professor no enfrentamento de situações de abuso, cabendo à escola a identificação dos casos, o acolhimento familiar e o desencadeamento de ações interdisciplinares. No entanto, diversos obstáculos contribuem para que essas funções nem sempre sejam exercidas, como a dificuldade de distinguir os sinais de violência de comportamentos interpretados como indisciplina, a formação inicial dos professores que raramente aborda temas como a violência doméstica e as estratégias de acolhimento, a sobrecarga de trabalho, a ausência de suporte institucional, o temor de se envolver em questões familiares consideradas de foro íntimo, a preocupação com possíveis retaliações e a indefinição quanto ao seu papel na rede de proteção (Assis *et al.*, 2023). A atuação do psicólogo escolar na prevenção da violência contra crianças no ambiente educacional

pode ocorrer por meio de múltiplas estratégias, com destaque para o reconhecimento do próprio corpo, incluindo a identificação das partes que podem ou não ser tocadas de maneira apropriada. Dessa forma, a educação sexual contribui para que crianças compreendam o que caracteriza o abuso sexual e saibam como agir diante de situações de risco, prevenindo, em certa medida, a violência sexual nessa faixa etária (Pinheiro, 2024).

Em instituições escolares que acolhem crianças vítimas de violência, o profissional intervém diretamente com os estudantes por meio de intervenções lúdicas, grupos de suporte emocional e brincadeiras terapêuticas, que auxiliam no processamento seguro de experiências traumáticas. A ludoterapia, por exemplo, possibilita que a criança utilize os brinquedos como meio de externalizar sentimentos e vivências que não consegue traduzir em palavras (Guimarães; Ceron; Granetto, 2023).

Outra frente de atuação é a capacitação dos professores. O profissional prepara os docentes para reconhecer indícios de trauma em sala de aula, ensina abordagens para manejar comportamentos desafiadores e orienta-os na construção de um ambiente acolhedor. Na ausência de psicólogos em tempo integral, os professores tornam-se os primeiros a responder às necessidades emocionais dos alunos (Choe, 2025). Existem também os programas de autoproteção, como o LSP (Learning to Protect Yourself) desenvolvido pela UNICEF (2018), ensinam as crianças a reconhecer e nomear suas emoções, identificar situações de perigo e aplicar estratégias básicas de proteção, fortalecendo sua autonomia.

O psicólogo estende sua atuação às famílias por meio de ações psicoeducativas que orientam os pais sobre os efeitos nocivos da

violência contra crianças e adolescentes. Nesse processo, os responsáveis aprendem a reconhecer comportamentos que caracterizam abuso físico, psicológico e sexual, bem como negligência, e as consequências dessas práticas para a saúde mental e o desempenho escolar dos filhos. A psicoeducação também oferece ferramentas para que os pais estabeleçam uma educação baseada no respeito mútuo, na comunicação não violenta e no acolhimento emocional, transformando o lar em um espaço de proteção e de desenvolvimento saudável (Choe, 2025).

Nessa perspectiva, o autor acima destaca abordagens complementares às estratégias consolidadas; a rotina e a estruturação são fundamentais para a criança traumatizada, pois restabelecem o senso de ordem e proteção abalado por experiências adversas, contribuindo para a regulação emocional e a estabilização do comportamento. As práticas pedagógicas sensíveis ao trauma envolvem a flexibilização das expectativas acadêmicas, o uso de atividades artísticas e lúdicas para facilitar a expressão emocional e prevenir condutas que possam funcionar como fatores desencadeantes.

Para além das estratégias já apresentadas, a literatura especializada tem apontado outras intervenções igualmente relevantes que o psicólogo escolar pode adotar no acolhimento de crianças vítimas de violência intrafamiliar. Entre elas, destacam-se os protocolos institucionais de acolhimento, que organizam o fluxo de atendimento e encaminhamento das situações identificadas; a notificação compulsória qualificada, que garante o registro adequado e a comunicação aos órgãos de proteção; os planos de apoio individualizados, que orientam ações específicas para cada

criança; e as práticas restaurativas, que buscam reparar os vínculos rompidos pela violência (Waller; Bender, 2024).

3. CONSIDERAÇÕES E RESULTADOS

A análise do material levantado permitiu compreender que a violência intrafamiliar constitui um fenômeno complexo e multidimensional, com influência significativa sobre o desempenho escolar e a socialização de crianças do Ensino Fundamental I. Conforme a literatura apontada, os efeitos ultrapassam as marcas físicas e atingem o desenvolvimento cognitivo, emocional e social.

Quanto às modalidades, os autores consultados confirmam que violência física, psicológica, sexual e negligência configuram os quatro eixos principais, frequentemente interconectados, gerando um ambiente de estresse tóxico. A negligência destaca-se como uma das formas mais prevalentes, embora muitas vezes invisibilizada, enquanto a violência psicológica revela-se particularmente insidiosa, por deixar marcas profundas sem evidências externas imediatas.

Em relação ao rendimento acadêmico, a produção analisada evidencia que os prejuízos se manifestam por múltiplos caminhos: alterações neurobiológicas nas funções executivas, rebaixamento da autoestima e fragilidade emocional, além de manifestações comportamentais como agressividade, isolamento e hipervigilância, que comprometem a concentração e os vínculos no ambiente escolar. Verificou-se, ainda, que crianças testemunhas de violência também sofrem consequências significativas, com sintomas semelhantes aos das vítimas diretas, o que reforça a necessidade de

a escola atentar-se não apenas aos sinais evidentes, mas também às expressões mais sutis de sofrimento.

Por fim, a literatura consultada converge ao indicar que o psicólogo escolar, em articulação com a família, os professores e a rede de proteção, desempenha papel fundamental na identificação precoce, no acolhimento e no encaminhamento adequado das situações de violência. Os obstáculos apontados, evidenciam a necessidade de políticas públicas que fortaleçam equipes multiprofissionais e a formação continuada dos educadores, reafirmando a escola como espaço de proteção integral.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ASSIS, Simone Gonçalves de, et al. Impactos da violência na escola: Um diálogo com professores. **Revista Fiocruz**. 2023. Disponível em: <https://books.scielo.org/id/q58k5/pdf/assis-9786557082126.pdf>. Acesso em: 19 mar. 2026.

AZEVEDO, M. A. GUERRA, V. N. A. **Violência doméstica na infância e adolescência: uma nova cultura de prevenção**. São Paulo: Plêiade. 2011.

BANDURA, Albert. **Social Learning Theory**. 1977. Disponível em: https://www.asecib.ase.ro/mps/Bandura_SocialLearningTheory.pdf. Acesso em: 19 mar. 2026.

BRASIL, **Lei nº 1.054. Dispõe sobre a alteração da lei municipal nº 406/2007**. Espírito Santo. 2022. Disponível em: <https://saoroque.legislacaocompilada.com.br/Arquivo/Documents/legislacao/html/L10542022.html>. Acesso em: 19 mar. 2026.

BRASIL; **Lei nº 13.010/2014. Lei Menino Bernardo, Estatuto da Criança e do Adolescente.** Brasília, DF: Presidência da República, 2014. Disponível em: <https://legis.senado.leg.br/norma/584821>. Acesso em 19 mar. 2026.

BRASIL. **Lei nº 13.935. Dispõe sobre a prestação de serviços de psicologia e de serviço social nas redes públicas de educação básica.** 2019. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2019-2022/2019/lei/l13935.htm. Acesso em: 19 mar. 2026.

BRASIL. **Lei nº 8.069/1990. Estatuto da Criança e do Adolescente.** Brasília, DF: Presidência da República, 1990. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l8069.htm. Acesso em 19 mar. 2026.

CFP, Conselho Federal de Psicologia. **Resolução Nº 010/05.** Brasília, DF, 2005. Disponível em: <https://site.cfp.org.br/wp-content/uploads/2012/07/codigo-de-etica-psicologia.pdf>. Acesso em: 19 mar. 2026.

CHOE, João Francisco de Carvalho. Do trauma à sala de aula: desafios e estratégias de intervenção psicológica em ambientes escolares para crianças deslocadas da guerra em cabo delgado. **Revista Educação, Comunicação e Tecnologia.** 2025. Disponível em: <https://revista.uemg.br/sciasedcomtec/article/view/10303/6430>. Acesso em: 19 mar. 2026.

COSTA, A. L.; TEIXEIRA, K. M. D. O Comportamento dos Alunos na Escola e Sua Relação Com a Violência Doméstica na Percepção dos Educadores. **Revista Brasileira de Economia Doméstica**, v. 28, n.1, p. 22-42, 2017. Disponível em:

GUIMARÃES, Camila M.; CERON, Júlia A.; GRANETTO, Luiz F. Ludoterapia além da prática clínica: inserção no contexto escolar. **Revista sisprime**, centro universitário, 2023. Disponível em: <https://www4.fag.edu.br/anais-2023/Anais-2023-126.pdf>. Acesso em: 24 set. 2026.

<http://www.seer.ufv.br/seer/oikos/index.php/httpwwwseerufvbrseer/oikos/article/view/261/238>. Acesso em: 19 mar. 2026.

KRUG, E. G. **The world report on violence and health**. Lancet (London, England), 360(9339), 1083–1088. <https://doi.org/10.1016/S0140-6736.2002>. Disponível em: <https://pubmed.ncbi.nlm.nih.gov/12384003/>. Acesso em: 19 mar. 2026.

PINHEIRO, Raricia Lima. **A intervenção da equipe multiprofissional na prevenção ao abuso sexual contra crianças e adolescentes, na rede de ensino, com foco no ensino fundamental**. Icó – CE. 2024. Disponível em: https://sis.univs.edu.br/uploads/12/cd-rom_ps_107.pdf. Acesso em: 19 mar. 2026.

SÁ, Jeferson de Souza. **A violência intrafamiliar e o reflexo no aprendizado da criança: um olhar integrado do contexto escolar**. Maringá – PR. 2018. Disponível em: <https://www.unicesumar.edu.br/mestrado-e-doutorado/wp-content/uploads/sites/226/2021/04/JEFERSON-DE-SOUZA-S--.pdf>. Acesso em: 19 mar. 2026.

SHONKOFF, Jack. Os efeitos ao longo da vida das adversidades da primeira infância e do estresse tóxico. **Revista Pediatrics**, 2012. Disponível em: <https://pubmed.ncbi.nlm.nih.gov/22201156/>. Acesso em 19 mar. 2026.

SILVA, Carla Gomes Sales da. A Violência Doméstica E Sua Influência Na Aprendizagem: Um Estudo Exploratório No Centro De Integração Familiar (Ceifar). **Revista do NUPE**. 2025. Disponível em: <https://observatoriodeeducacao.institutounibanco.org.br/api/assets/344fbb10-6e044603-87c8-5f118f66ad2e/>. Acesso em: 19 mar. 2026.

UNICEF. **Proteção contra violência, exploração, abuso, negligência e práticas nocivas**. Disponível em: <https://www.unicef.org/mozambique/proteção-contra-violência-exploração-abuso-negligência-e-práticas-nocivas>. Acesso em: 19 mar. 2026.

VYGOTSKY, L. S. **A formação social da mente**. São Paulo. 1995. Disponível em: <https://oportuguesdobrasil.wordpress.com/wp-content/uploads/2015/02/a-formac3a7c3a3o-social-da-mente.pdf>. Acesso em: 19 mar. 2026.

WALLER, Laura B.; BENDER, William N. **Trauma-Informed Practices for the Classroom and Beyond**. Thousand Oaks: Corwin, 2024.

WALLON, Henri. **As origens do pensamento na criança**. Tradução de Doris Sanches Pinheiro, Fernanda Alves Braga. São Paulo, SP: Manole, 1989.

¹ Acadêmica do Curso de Psicologia da Faculdade de Educação Santa Terezinha – FEST, Imperatriz-MA. E-mail: [acesse o artigo original para visualizar o e-mail](#)

² Professora Especialista do Curso de Psicologia da Faculdade de Educação Santa Terezinha – FEST, Imperatriz MA. E-mail: [acesse o artigo original para visualizar o e-mail](#).

